

MUNDA

PROPRIEDADE E EDIÇÃO
GAAC — Grupo de Arqueologia e Arte
do Centro

DIRECTOR

Mário Mendes Nunes

SUBDIRECTOR

José Manuel Azevedo e Silva

ASSISTENTES DE DIRECÇÃO

*José Machado Lopes
Lusitano dos Santos*

SECÇÃO GRÁFICA

Mário Oliveira Soares

SECÇÃO ADMINISTRATIVA

*Maria Helena Horta
Inácio Manuel Pereira da Silva*

REDACÇÃO

*Sede do GAAC
Rua do Corvo, 39-3.º
3000 Coimbra*

Os artigos assinados são da inteira responsabilidade dos autores.

A Direcção da MUNDA agradece toda a colaboração, reservando-se, porém, o direito de seleccionar os trabalhos recebidos.

Na capa : — Cabeceira de sepultura da Quinta de N.º S.º das Águas Feras — Pedrógão Pequeno (Foto de António José Ferreira Quinteira).

Composto e impresso na Tipografia Comercial
Coimbra, 5/85 — 1.500 ex.
Depósito Legal n.º 1397/82

PREÇO 150\$00

SUMÁRIO

	Pág.
• CABECEIRAS DE SEPULTURA DA QUINTA DE N.º S.º DAS ÁGUAS-FERAS — PEDRÓGÃO PEQUENO	3
<i>António José Ferreira Quinteira</i>	
• ORGÃOS DE COIMBRA: NOVAS INFORMAÇÕES SOBRE A SUA HISTÓRIA (CONCLUSÃO) ...	7
<i>W. D. Jordan</i>	
• MOINHOS DE ÁGUA DAS RIBEIRAS DA AZENHA E DO CABRA — ENGENHOS PRIMITIVOS. HOJE. UMA RECORDAÇÃO, AMANHÃ!	15
<i>Mário Nunes</i>	
• A MAGIA DO VITRAL.....	18
<i>Mário O. Soares</i>	
• UM INVENTÁRIO SEISCENTISTA DA MISERICÓRDIA COIMBRÃ	33
<i>Armando Carneiro da Silva</i>	
• A CAPELA DA SANTA — UM CASO DE ARQUITECTURA RURAL NO CONCELHO DE POIARES	45
<i>António Filipe Pimentel</i>	
• HERÁLDICA CONTIMBRICENSE	58
<i>Eduardo Mamede</i>	
• AZULEJARIA — FRONTAIS DE ALTAR — UM EXEMPLO DESCONHECIDO	62
<i>P.º Augusto Nunes Pereira</i>	
• DOCUMENTA	66
<i>Mário Nunes</i>	
• GAAC — NA ACÇÃO O POR-VIR CULTURAL	69
<i>Helena Horta</i>	
• QUANDO PUDER... APROVEITE PARA LER	71
<i>Isabel Faria</i>	

MUNDA

COIMBRA

N.º 9

MAIO

1985

à minha querida Mãe,
oferece, no fim da caminhada, o

António

A CAPELA DA SANTA

Um caso de arquitectura rural no concelho de Poiares

Por

António Filipe Pimentel *

No anno do nascimento de N./ Senhor Jesu Christo de mil sete/centos e setenta e oito annos, e aos/vinte e dous de Julho o P. Jose Lu/iz Gomes de Moura do lugar dos/Pousadouros, freguezia de S. Juliam/de Mouronho, e actualmente assisten/te no Seminario de J.M.J. da cidade/ de Coimbra, deo este livro para nelle/ /se carregarem os rendimentos, despe/zas e bens da Capella de Santa Ma/ria Magdalena da Abravea há/pouco reedificada a custa do sobre/dito lugar de Abravea e do do Pinhei/ro, concorrendo este com vinte e no/ve mil quatrocentos e noventa e a/quelle// com quarenta e oito mil/oitocentos e noventa, alem de ou/tras esmo-las e offertas que a mcs/ma Capella recebeu dos ditos povos e de/outros fieis, de que fiz esta lem/brança eu o P. Jose Luiz Gomes/de Moura (1).

Entre as duas pequenas povoações da Abravea e de Pinheiro se ergue a Capela de Santa Madalena, ou Capela da Santa, simplesmente, para aqueles a quem a devoção e um convívio estreito e secular permitem a intimidade de um diminutivo.

A dois passos fica Santo André de Poiares, sede da freguesia, Vila Nova de Poiares desde 1905, data em que um de-

creto governamental lhe conferia essa dignidade (2).

Mais do que a divisão administrativa, é o curso de três rios que define a região. Entre o Alva, o Ceira e o Mondego, todas as povoações, aldeias e lugares dão pelo nome, ou sobrenome de Poiares. Esta designação evoca talvez o característico recorte da paisagem, evoluindo suavemen-

(*) Licenciado em História. Especialidade de História da Arte.

(1) Caderno de Rendimentos, Despezas e Bens da Capella de Santa Maria Magdalena, fl. 1/1 v.

(2) O decreto tem a data de 17 de Agosto. AMÉRICO COSTA, Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular, Livraria Civilização, Porto, 1947, tomo IX, p. 209, nota (1), s. v. Poiares.

te em perfis arredondados, sem inclinações bruscas e oferecendo largas plataformas que o casario recobre, entre os tons verdejantes dos campos de cultivo⁽³⁾.

O estabelecimento de um concelho, com sede em Santo André, é facto pouco antigo, remontando apenas a 1836⁽⁴⁾. Para tal se lançou mão de algumas freguesias pertencentes aos concelhos circundantes. São, na verdade, apenas quatro — Santo André, São Miguel, Arrifana e Lavegadas —, já que São Mateus de Friumes passou para Penacova e Serpins para a Lousã, não sem despertar clamorosos protestos da parte do concelho defraudado⁽⁵⁾.

Não obstante a recente demarcação administrativa da bacia de Poiares, a história da região não pode desligar-se de um contexto geográfico mais lato, em conexão com núcleos fundamentais como Coimbra, cidade de grande importância estratégica e política (quer como baluarte face ao Islão após a conquista definitiva em 1064, quer como frequente pousada da Corte, ao longo de toda a Idade Média), ou o Mosteiro de Lorvão, fundação antiqüíssima, cuja importância nunca é demais realçar no povoamento dessa vasta área.

De notar igualmente a existência de vestígios de uma linha de castros, cobrindo um extenso perímetro, desenhando uma poderosa barreira defensiva ao longo dos vales do Mondego e do Alva, servindo-se do relevo como defesa natural dos

povoados⁽⁶⁾. O mapa definido por estas fortificações, demonstra a importância desta zona no interior de um sistema defensivo ligado às fronteiras do território cristão, integrando-a simultaneamente num âmbito mais vasto que transcende os seus limites fluviais.

Quanto ao Mosteiro de Lorvão, propriamente dito, desde cedo a sua crescente prosperidade económica o fez atravessar o Mondego, adquirindo propriedades na orla de Poiares.

Em 927, a condessa D. Onega, viúva do conde Diogo Fernandes, cede a Lorvão bens e direitos, entre os quais figurava **Alquinicia**, na margem esquerda do rio, depois chamada Alcaínça, com toda a probabilidade a freguesia de Arrifana⁽⁷⁾. Dos documentos do cenóbio laurbanense emergem também os nomes de **Algazala**, que deve corresponder à actual Algaça, **Arauz**, a Lousã de hoje, ou **Cepidis**, modernamente Serpins⁽⁸⁾.

A vila de Poiares — que vemos agora integrar uma paisagem que o curso entrecruzado de três rios não parecia ainda encerrar numa unidade autónoma —, é bastante antiga. **Albergaria de Poiares**, como era primitivamente designada, surge já com este nome numa doação de D. Afonso III à igreja de Óbidos, com data de Lisboa, aos «**XVij die Marcij**» de 1246, e num documento do séc. XIII relativo à doação de bens a Santa Cruz de Coimbra, em Fontelonga, Vale de Barcos e Vila de Favaiois, pertencentes à **Albergaria**, por

(3) *Idem, ibidem*, p. 210. Entre as várias interpretações que do topónimo Poiares têm surgido, aventa-se a hipótese de que derive de **poiais**, plural de **poial**, assento de pedra, em relação, provavelmente, com a paisagem da região e o seu relevo pouco acidentado.

(4) AUGUSTO SOARES D'AZEVEDO BARBOSA PINHO LEAL, *Portugal Antigo e Moderno*, Typographia Editora de Mattos Moreira & Companhia, Lisboa, 1875, vol. 7, p. 115, s. v. **Poiares**.

(5) Veja-se ANTONINO FERREIRA LIMA, *Duas Palavras em Justa Defeza do Concelho de Poyares no Districto de Coimbra*, Imprensa Conimbricense, Coimbra, 1857, pp. 2 e segs.

(6) Veja-se NELSON CORREIA BORGES, *Os «Castros» da Região de Penacova*, «Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro», Coimbra, 1979, Sep.

(7) RUI DE AZEVEDO, *O Mosteiro de Lorvão na Reconquista Cristã*, «Arquivo Histórico de Portugal», vol. I, Lisboa, 1933, p. 203.

(8) *Idem, ibidem*, pp. 214/215.

parte de Maior Petris, mulher de Gonçalves Ovides⁽⁹⁾. Os mesmos termos se reconhecem ainda antes, numa doação de Joanes Martins e sua mulher Maria à Rainha D. Teresa⁽¹⁰⁾.

Entre os textos antigos que referem Poiares e a sua região, merece destaque a **Chronica Inedita do Senhor D. Affonso Henriques**, de Duarte Galvão, que menciona **Vimieira a par de Poiares, caminho da Beira**, como cenário de um encontro entre o fundador da nacionalidade e o cardeal-legado do Pontífice. Este, encarregado de aplanar as dissensões entre o jovem príncipe e sua mãe, acabara interditando o Reino, como represália, após o que e no receio das consequências, se pôs em fuga. Foi porém alcançado pelo Infante, que o obrigou a levantar a excomunhão, deixando como penhor um seu sobrinho de que se fazia acompanhar⁽¹¹⁾.



A pequena aldeia da Abraveia, que particularmente nos ocupa, surge-nos envolta no silêncio que é próprio da sua condição, da modéstia dos seus recursos, das limitações de uma economia de subsistência. Mas surge também integrando um conjunto mais amplo de referências históricas, fornecendo igualmente o seu contributo para um melhor conhecimento da região.

Povoação antiga, certamente, apesar da quase ausência de informações a seu respeito, o cartório cenobita laurbanense regista nas **Sentenças de Destrinça**, relativas à quinta de Couchel, importante propriedade do mosteiro, os nomes de numerosos habitantes da **Povoa d'Abrabea**, reconhecendo bens à poderosa comunidade⁽¹²⁾.

Os do **Capitão Manoel Luis Pereira e sua / mulher D. Anna Maria d'Almeida**, dizem respeito a uma vasta área, num total de vinte e seis títulos⁽¹³⁾. Evocam a existência de gente poderosa e abastada, a cuja presença na povoação se deve ligar uma pedra de armas com a cruz florenciada de Nun'Álvares, que ainda pode ver quem percorrer com atenção as suas ruas.

Inúmeros outros se sucedem nas páginas do inventário monacal⁽¹⁴⁾, constituindo pontos de referência para o estudo de uma população certamente de pouca mobilidade.

Frequentes vestígios de um passado que se vai fazendo distante são ainda visíveis nas ruas da Abraveia. Um campanário seiscentista, uma ou outra data que houve o cuidado de gravar em edificações por vezes bem modestas, a capela da Póvoa albergando a obra de um imaginário, esta curiosa sobretudo pelo que recorda, na hesitante rudez do seu cinzel, da arte erudita de Mestre Ruão, de que

(9) «Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira», Editorial Enciclopédia, Limitada, Lisboa, s. d., vol. XIII, s. v. **Poiares**.

(10) **Dicionário Corográfico**, tomo IX, p. 211.

(11) **Portugal Antigo e Moderno**, vol. 7, p. 115.

(12) **Rezumo do Tombo Novo de Couchel, anno de 1793**, Arquivo da Universidade de Coimbra, fl. 125/135.

(13) **Idem, ibidem**, fl. 125/129.

(14) Os nomes de moradores da Abraveia que o Tombo de Couchel refere entre as fl. 125 e 135 são, além dos já referidos, os de **Domingos / Seixes e sua mulher Maria de / Sam Jose; Antonio Car / valho o Novo e sua mulher Luiza / Maria; Francis / co Rodrigues e sua mulher Joa / nna Carvalha; Maria / Francisca viuva que ficou de / Manoel Pedroso; Antonio Si / moens viuvo; Maria / Simoens viuva que ficou de / Jose d'Almeida; Antonio Ta / vares Alferes e Jose Tavares Porta Bandeira / por seu procurador padre Domingos Tavares; Theotónio / Tavares e sua mulher Joanna Car / valha; Antonio Francisco e sua mulher / Joanna Francisca; Manoel / Pedroso solteiro maior de vinte e / cinco annos; Luis Fran / cisco Morim e sua mulher Luisa Ferreira; João Pedroso de Carvalho / solteiro de vinte e cinco / annos; e Antonio Pe / droso e sua mulher Maria Car / valha.**

Coimbra, a pouca distância, constitui magnífico museu.

Com efeito, o que se admira em capelas e ruas da aldeia não ultrapassa o nível da mediocridade, em realizações ingénuas de feição popular, certamente produto da contemplação de melhores obras, que não da prática e do aprendizado oficial.

Não deixam, porém, de ter algum sabor e de conferir à povoação certa dignidade antiga, na longa via sacra das **alminhas**, ou na graça das suas cantarias em pedra cor-de-rosa da Serra da Atalhada.

Sobreviveu até ao nosso tempo a presença dessa história por contar, à espera de alguém que a revele. Mas um gosto novo que se instala, portador de mais vistosas soluções e uma mal assimilada noção de progresso, diariamente vão escamoteando a presença silenciosa do passado, que pedra a pedra cai irremediavelmente.



O pequeno templo de Santa Madalena, que a piedade dos habitantes da Abraveia e Pinheiro reerguia nesse ano de 1778, não fugia, como era de esperar, à humildade e penúria de meios que as restantes construções patenteiam.

Neste contexto pouco ambicioso, torna-se difícil o estudo de edificações obscuras, discretamente erguidas, pela ausência total de informações, perdidas ou nunca elaboradas. O mesmo não se passa, por feliz acaso, com a Capela da Santa.

Das mãos do padre José Luís Gomes de Moura, sob cuja direcção se empreendeu a reconstrução do templo, possuímos

hoje um pequeno caderno manuscrito, elaborado com fins económicos, mas susceptível de fornecer informações de interesse para o estudo do edifício⁽¹⁵⁾.

Trata-se de um canhenho de reduzidas dimensões — 11 cm de largura por 15 cm de altura —, encadernado a pergaminho, segundo um uso comum que consistia em utilizar para o efeito velhos documentos, de que abundavam as reservas.

O presente exemplar mantém ainda no interior um fragmento de frase, que a sua adaptação às novas funções truncou; mas que pertenceria, provavelmente, a um antigo livro de cantochão.

Conserva 43 folhas de papel, das quais 28 são preenchidas com anotações de carácter económico relativas aos rendimentos da Capela e a despesas motivadas pela reconstrução e conservação do edifício. As restantes não foram utilizadas, com excepção de duas, no final, correspondendo ao **Inventário dos bens internos de St.ª M.ª Magdalena**⁽¹⁶⁾, e a um curioso registo relativo a um cemitério que o padre Gomes de Moura benzeu nas imediações da Capela em 26 de Julho de 1811, naturalmente para obviar ao grande número de enterros provocados pela doença e miséria, na sequência das Invasões⁽¹⁷⁾.

É este um documento interessante, quer por não ser vulgar o aparecimento de um canhenho de despesas respeitante a uma capela rural, quer por, ao longo das suas páginas, cobrir mais de cem anos da vida do pequeno templo, já que tem o seu início em 22 de Julho de 1778, correspondendo a última anotação ao rendimento em azeite do ano de 1883.

(15) O caderno não apresenta qualquer título ou menção que permita atribuir-lho, quer na capa, quer no interior; todavia, as palavras com que se inicia e que acima vão reproduzidas, autorizam a designá-lo **Caderno de Rendimentos, Despesas e Bens da Capella de Santa Maria Magdalena**, como é referido na nota (1). Interiormente, encontram-se numeradas as primeiras seis folhas escritas, autenticadas com a rubrica **Moura**, suspendendo-se a partir daí a numeração. Desse modo, quando nos referimos a números de folhas superiores ao 6, fazemo-lo baseados numa atribuição, seguindo embora a norma que a foliação original sugere.

(16) APÉNDICE 1.

(17) APÉNDICE 2.

Outro elemento de interesse concerne os seus autores, os padres José Luís Gomes de Moura, José Vicente Gomes de Moura e António Luís Gomes de Moura⁽¹⁸⁾, representando três gerações de uma família que por largo tempo cuidou de aí assegurar o culto.

★

São os dois primeiros os que maior interesse revestem já que, pelas suas actividades, ultrapassaram o apertado círculo da região de Poiares.

José Luís Gomes de Moura estudou no Seminário Episcopal de Coimbra, onde tomou ordens, entrando já presbítero, a 19 de Março de 1763, para a congregação dos Pios Operários⁽¹⁹⁾, fundada nessa instituição em 1757. Aí exerceu sucessivamente os cargos de prefeito dos porcionistas, dos ordinandos, dos convictores e dos seminaristas. Em 1787 é nomeado mestre de cerimónias (cargo que exercerá igualmente na Real Capela da Universidade) e primeiro cartorário⁽²⁰⁾. Faleceu em 1817.

Da sua pena saíram um **Ritual das exequias extrahido do Ritual romano** e um **Methodo para aprender o Cantochão**, que já em 1825 conhecera três edições⁽²¹⁾.

José Vicente Gomes de Moura, seu sobrinho e tio do padre António Luís Go-

mes de Moura que igualmente há-de suceder na Capela de Santa Madalena, estudou também no Seminário de Coimbra, sob a sua atenta direcção.

Nasceu em Mouronho, a 21 de Novembro de 1769, terminando os seus dias na Abraveia, a 2 de Março de 1854.

Em 1798 foi nomeado professor régio da língua latina na freguesia de Penacova, passando depois para a de Poiares. A 17 de Janeiro de 1803 porém, toma posse da cadeira de latim no prestigioso Colégio das Artes, em Coimbra, passando em 1817 para a segunda cadeira de grego e sendo nomeado, em 23, deputado da directoria geral dos estudos; em 1825 é lente proprietário de história universal e portuguesa e em 1827 de grego.

Em 1831, a morte de Joaquim Inácio de Freitas faz com que assuma as funções de director da Imprensa da Universidade⁽²²⁾.

Já em 1807 dirigira ao reitor D. Francisco de Lemos uma exposição sobre o **estado da literatura grega em Portugal**⁽²³⁾, apontando a necessidade de uma nova Gramática, de melhores **Selectas** e de um **Lexicon**.

Concluída a **Selecta** em 1830, foi incumbida da edição do **Lexicon** uma comissão composta por Gomes de Moura, Antó-

(18) Os 105 anos que decorrem entre a primeira e a última anotações do **Caderno** podem ser decompostos nos seguintes períodos, correspondentes aos anos em que cada um dos sacerdotes teve a seu cargo o culto no pequeno templo: entre 1778 e 1816 é a época do padre José Luís Gomes de Moura; de 1816 a 1844 dizem respeito a José Vicente Gomes de Moura; entre esta data e 1855 não existem registos no **Caderno**, recomeçando então até 1883, data em que o conhenho se suspende, a cargo do padre António Luís Gomes de Moura. Os registos do padre José Luís são pormenorizados e sempre seguidos da assinatura do seu autor. No tempo do padre José Vicente e, depois, no do padre António Luís, estes tornam-se esporádicos e não existem assinaturas. Mas a tradição e a comparação com documentos autógrafos de ambos, permitem atribuir-lhes, sem margem de erro, a autoria.

(19) ESTEVES PEREIRA e GUILHERME RODRIGUES, **Dicionário Histórico...**, João Romano Torres & C.ª, Editores, Lisboa, 1912, vol. IV, s. v. **José Luís Gomes de Moura**.

(20) INNOCENCIO FRANCISCO DA SILVA, **Diccionario Bibliographico Portuguez**, Imprensa Nacional, Lisboa, 1860, tomo IV, s. v. **José Luís Gomes de Moura**.

(21) PINHEIRO CHAGAS, **Diccionario Popular**, Lisboa, 1881, vol. 7/8, s. v. **José Luís Gomes de Moura**.

(22) MAXIMIANO LEMOS, **Enciclopédia Portuguesa Illustrada**, vol. VII, Lemos & C.ª, Successor, Porto, s. d., s. v. **José Vicente Gomes de Moura**; «Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira», Editorial Enciclopédia, Limitada, Lisboa, s. d., vol. XII, s. v. **José Vicente Gomes de Moura**.

(23) **Idem**, **ibidem**.

nio José Lopes de Moraes e Frei Fortunato de S. Boaventura⁽²⁴⁾.

Entretanto, os acontecimentos políticos de 34 e a derrota de D. Miguel, «**de quem se confessava súbdito fiel**»⁽²⁵⁾, privavam o padre José Vicente de todos os seus cargos, facto que apenas a carta régia de 11 de Agosto de 1839, cinco anos mais tarde, havia de tentar remediar, concedendo-lhe a jubilação, embora com o encargo de prosseguir a impressão do **Lexicon Graeco-Latinum**, à qual consagraria o resto dos seus dias «**sacrificando-lhe honras e interesses**»⁽²⁶⁾.

Em 1842, o internúncio de Sua Santidade conferia-lhe o título de vigário geral do bispado de Viseu, no que era secundado por portaria do ministério da Justiça de 22 de Abril, nomeando-o coadjutor e futuro sucessor do prelado da diocese⁽²⁷⁾.

Gomes de Moura, porém, não contemporizaria ainda com os novos senhores, pois havia de declinar a honra que o governo lhe fazia, alegando a sua muita idade e os padecimentos que o atormentavam.

Notável humanista e possuidor de vasta erudição, permanecerá até à morte na sua casa da Abraveia, no conforto da sua preciosa livraria⁽²⁸⁾, dividido entre os cuidados a prodigalizar à sua obra e os seus deveres de sacerdote, diariamente cumpridos no altar de Santa Madalena.

Da Abraveia fez o seu refúgio, aí rece-

bendo os que, como Alexandre Herculano⁽²⁹⁾, procuravam o convívio da sua cultura.

Depois da sua morte, gerou-se um movimento entre os seus contemporâneos com o fim de lhe erigir um mausoléu. O túmulo, riscado ao gosto neoclássico, ostenta uma inscrição latina da autoria de António Cardoso Borges de Figueiredo⁽³⁰⁾, e encontra-se na igreja matriz de Vila Nova de Poiares, para onde o filólogo foi trasladado a 26 de Agosto de 1859, com grande pompa litúrgica, na presença do clero diocesano e do bispo-conde D. José Manuel de Lemos, vice-reitor da Universidade⁽³¹⁾.



Ergue-se a Capela da Santa em pleno campo, entre a Abraveia e Pinheiro, num recinto hoje ermo, mas povoado outrora de oliveiras, pertença dos santos que a habitam e cujo azeite sustentava o culto.

A ela dá acesso, do lado de Pinheiro, uma bonita rua que no Verão se cobre de ramos de videira e suculentos cachos; do lado da Abraveia, uma pitoresca azinhaga parte da casa que foi do padre José Vicente e corre entre muros de quinta cobertos de hera, de onde em onde interrompidos por **alminhas**.

É uma construção modesta e pouco graciosa, produto como é de sucessivos

(24) *Idem, ibidem*.

(25) MARIA HELENA DE TEVES COSTA, *A Edição Conimbricense do Léxico Greco-Latino de Hederico*, «EVPHROSYNE», *Revista de Filologia Clássica*, Nova Série, vol. X, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1980, p. 229.

(26) *Dicionário Histórico*, vol. IV, s. v. José Vicente Gomes de Moura.

(27) *Dicionário Popular*, vol. 7/8, s. v. José Vicente Gomes de Moura.

(28) A livraria de José Vicente Gomes de Moura, contendo ainda mais de um milhar de volumes, formando um valioso conjunto de edições raras, ricamente encadernadas, do séc. XVI ao XIX, permaneceu até há pouco na Abraveia, na posse da família, integrando agora o espólio da Biblioteca da Universidade de Coimbra, que em boa hora a adquiriu.

(29) «Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira», vol. XII, s. v. José Vicente Gomes de Moura.

(30) *Dicionário Histórico*, vol. IV, s. v. José Vicente Gomes de Moura.

(31) *Idem, ibidem*. Não cabe aqui referir a sua extensa bibliografia, nem pormenorizar a sua biografia, que poderão ser aprofundadas em F. A. RODRIGUES DE GUSMÃO, *Memória da Vida e Escriptos do Rev. Sr. José Vicente Gomes de Moura*, Lisboa, 1854; JOAQUIM MARTINS DE CARVALHO, *Apontamentos para a História Contemporânea*; «Revista Litteraria», Porto, tomo X, pp. 104/345, etc.

acrescentos, mas não deixa de ter o seu encanto, quando avistada de súbito, sozinha, entre o que resta das suas oliveiras e o silêncio dos campos que a envolvem.

Compõe-se de um edifício rectangular, de moderadas dimensões, que ao lado esquerdo se prolonga noutra que lhe supre as funções de sacristia. Precede-o um vasto alpendre, na verdade demasiado amplo e para o qual se abre a porta principal, axial em relação ao templo. Uma outra, mais pequena, serve de entrada lateral, no lado oposto à sacristia.

Em 1836 «**Fez-se huma / campainha nova, applicando o metal / da velha, que havia quebrado. Esta no / va campainha, foi roubada na noite de / 14 para 15 de Fevereiro de 1837**»⁽³²⁾. Foi necessário aguardar alguns anos para que o padre José Vicente, a cuja guarda estava então confiada a Capela da Santa, pudesse escrever no seu Caderno: «**A 9 de Junho de 1840 se poz no / campanario da Capella huma campainha / nova**»⁽³³⁾. Deve ser esta a que ainda lá se encontra, desde então respeitada pelas gerações que passam.



O exterior da Capela com os pilares reempregados e o pequeno campanário

Adossado ao flanco da Capela, junto à porta secundária, levanta-se o pequeno campanário, albergando o sino sob um arco singelo, de volta perfeita, encimado pela cruz.

Não foi pacífica a existência da sineta que avisava os fiéis da hora dos officios.

O Caderno de Rendimentos, Despezas e Bens do padre José Luís inicia-se com a reconstrução da Capela em 1778, empreendimento que poucos recursos farão arrastar por dilatados anos.

Nada, porém, nos permite conjecturar o templo precedente, ou avaliar a causa

(32) Caderno de Rendimentos, Despezas e Bens, fl. 23 v.

(33) Idem, ibidem, fl. 24 v.

da sua destruição. O **Caderno** é omissivo a tal respeito e os poucos vestígios que restam não contribuem para nos esclarecer. O mais que podemos fazer é acreditar, com base nos elementos de que dispomos, que a sua fábrica não fosse superior. Isto é, construída de xisto e argamassa, utilizando nas cantarias a **pedra da Serra**, o bonito grês rosado que é comum encontrar na região.

No que respeita à parte arquitectónica, devem ser provenientes da antiga Capela, reempregados na moderna construção, dois pilares oitavados talhados em grês, que sustentam o alpendre, bizarramente montados sobre dois altos socos de forma cilíndrica, o que não constituirá decerto a melhor solução em termos de efeito visual.

Este género de pilar tornou-se comum a partir do séc. XVI, e teve grande longevidade, o que torna difícil a sua datação, sendo talvez de presumir que remontem ao séc. XVII, época do outro elemento que nos resta da primitiva Capela.

Trata-se de um cálice de prata e respectiva patena, que sabemos ter recebido nova douradura em 1784⁽³⁴⁾. É a única peça de ourivesaria actualmente existente apesar de o **Inventário** referir, em 1808, um «**Aparelho de pires, galhetas e colher de prata**»⁽³⁵⁾, mas que há muito deve ter desaparecido⁽³⁶⁾ e não podemos saber se era contemporâneo do cálice.

Este deve datar dos finais do séc. XVII, correspondendo a um gosto maneirista

sobrevivente enquanto as novas formas barrocas se não impunham completamente. Peça muito simples, de produção corrente, sem nada de notável, não é todavia desprovida de elegância e apresenta a curiosidade, pouco vulgar, de ser fabricada em Coimbra.

Apenas a patena ostenta marcas, e se os punções nos informam da sua origem



Cálice e patena dos finais do séc. XVII

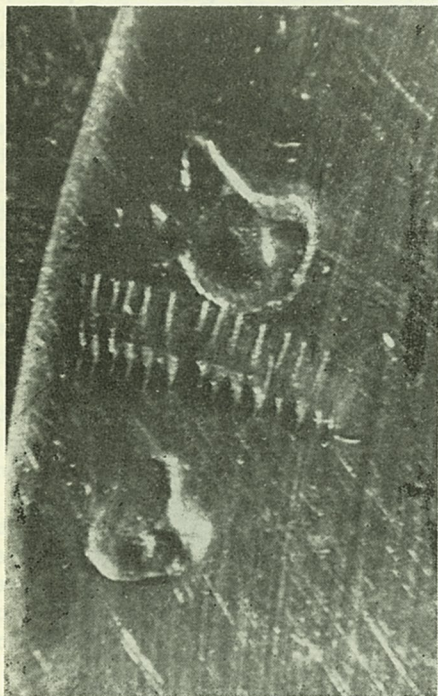
(34) Idem, ibidem, fl. 4: «Despendi com o douramento do Caliz e Patena — 800».

(35) APENDICE 1. Regista o **Caderno** na fl. 18, relativamente a Junho de 1808, a seguinte nota: «**Colher velha do Caliz — 0100 / copa do Caliz velho — 2 950. / Despendi com o Caliz novo que peza i2100 — i2500**»; e, na fl. 18 v., em 23 de Setembro de 1809: «**Prato e galhetas renderão — 200. / Em lugar de prato e galhetas, de / via dizer: Pé de estanho do Caliz velho**». Estes registos parecem incutir a ideia da existência simultânea de vários cálices, um dos quais teria o pé de estanho. O «**Caliz novo que peza i2 500**» desapareceu, não existindo hoje nenhum que a essa época possa ser atribuído. Resta ainda a hipótese de que o cálice seiscentista que possuímos tenha sido adquirido posteriormente, podendo assim ser considerado **novo**; todavia é improvável e não existe nada que o confirme.

(36) Em 27 de Fevereiro de 1815 havia ainda galhetas de prata na Capela, embora tudo indique tratar-se de outras, pois o **Caderno de Despesas...**, regista a fl. 22: «**Recebi das galhetas velhas — 280 / Despendi para as novas — 800**».

com clareza — o contraste municipal, o «C» com coroa aberta, indicativo de produção coimbrã dos finais de Seiscentos —, põem no entanto alguns problemas quanto ao seu autor.

A marca privativa do ourives é claramente um «S» invertido, embora a impressão não seja perfeita e se encontre bas-



Os punções que a patena apresenta

tante gasta pela passagem regular dos dedos do oficiante.

Sabemos que com estas marcas existem no tesouro da Sé Nova, em Coimbra, quatro bugias grandes e um cálice, de prata dourada e lisa, peças igualmente atribuíveis aos fins do séc. XVII⁽³⁷⁾. Não

está identificado o autor dessas alfaias que, com o cálice da Abraveia vão constituindo um pequeno e interessante núcleo. Em todo o caso, procurando entre os ourives de prata activos em Coimbra nessa época, surge um nome, o de António da Silva, que em 14 de Janeiro de 1684 teve a sua carta de ofício⁽³⁸⁾, e cujo período de labor parece coincidir com a época da criação desses objectos.

Nada permite afirmar com nitidez uma autoria inequívoca. Trata-se, contudo, de uma hipótese plausível, que futuras investigações poderão esclarecer.

★

Portas a dentro, a Capela de Santa Madalena prolonga a visão do exterior, na simplicidade das soluções e na ingenuidade dos ornatos.

Na parede oposta à da entrada, ergue-se o altar com o retábulo, sob um arco-sólio rasgado na parede. Compõe-se de uma urna, sobre a qual se desdobra em três lances a tribuna, já no interior do nicho que alberga o retábulo. Este é formado por um arco de volta perfeita assente em pilastras de madeira, sendo o fundo ocupado por uma pintura a óleo sobre tela representando Nossa Senhora das Dores.

Foi obra demorada essa do retábulo da Capela da Santa, quer porque tudo leva a crer não fosse fácil encontrar perto artista que o fizesse, quer pelos fracos recursos de que se dispunha.

Já em 1791 o padre José Luís lançava no **Caderno** a despesa que fizera com **«madeira para o reta/bolo a Jose Pedroso»**⁽³⁹⁾. Mas logo a 9 de Agosto do mesmo ano escrevia: **«devem abater e tornar/para a minha mão os 3000. da minha finta/se a obra do retabolo se não**

(37) Estas informações foram-nos gentilmente fornecidas pelo Senhor Prof. Doutor A. Nogueira Gonçalves.

(38) APÉNDICE 3.

(39) **Caderno de Rendimentos, Despezas e Bens...**, fl. 6 v.

effeituar»⁽⁴⁰⁾. Ainda em 18 de Novembro, lidando com os dinheiros da Capela, dizia: «**Enquanto se não faz o retabolo...**»⁽⁴¹⁾.

A 31 de Setembro de 1792 ainda o empreendimento não tinha avançado, pois Gomes de Moura acrescentava: «**Fico com a madeira do retabulo e/torno a dar para a Capella os — 2i60**»⁽⁴²⁾.

Parece que o assunto só se veio a resolver em 1798, pois data de 31 de Dezembro desse ano a seguinte anotação: «**Despendi com a grade, pano e pintura/da Sr.ª das Dores, retabolo, madeira e/pregos, e com o armário e homens/que servirão, mais de — i9640**»⁽⁴³⁾.

Infelizmente, nenhum esclarecimento fornecem os registos da Capela quanto ao autor da pintura. A Senhora, ostentando as sete espadas, é figurada de pé contra um fundo de paisagem, cujos tons originais não são fáceis de reconhecer.

Na verdade, é bem possível que o artista executante ultrapassasse o nível do simples curioso a que por aqui se estava habituado. Sem ser, por certo, homem de grandes recursos, a **Senhora das Dores** parece de nível superior ao que a rodeia no pequeno templo.

Todavia, aquilo que hoje vemos é o produto de sucessivas repinturas, ocultando, entre espessas camadas de tinta, o original retábulo da Capela. A preocupação em **encarnar** as imagens parece ser dominante na região e no caso da Capela da Santa é deveras sugestivo verificar o ritmo a que elas se sucedem.

Já em 23 de Setembro de 1809 se acrescentava no **Caderno de Despezas**: «**Gastei na pintura do retabolo — 3840**»⁽⁴⁴⁾. Em 1836 «**reformou-se o retabulo/do mesmo**

altar, e pintou-se»⁽⁴⁵⁾. E em 1857, numa relação de despesas em obras na Capela entre Julho e Agosto, escrevia o padre António Luís Gomes de Moura: «**Dei ao pintor de pintar Sto. / Antonio, Sta. Maria Magdale / na e N. Sra. das Dores — 13;000**»⁽⁴⁶⁾. Ainda em Outubro de 1871 se registava: «**De pintar a Capella encarnar / os santos e pintar um painel, 11:100**»⁽⁴⁷⁾.

★

Sabemos que «**Em 1836 se pôz huma**



Altar e retábulo da Capela da Santa

(40) Idem, ibidem, fl. 7.

(41) Idem, ibidem.

(42) Idem, ibidem, fl. 8.

(43) Idem, ibidem, fl. 11 v.

(44) Idem, ibidem, fl. 18 v.

(45) Idem, ibidem, fl. 23 v.

(46) Idem, ibidem, fl. 26.

(47) Idem, ibidem, fl. 27.

urna no altar / da Capella»⁽⁴⁸⁾, que deve ter então adquirido o aspecto que hoje apresenta.

Executada grosseiramente por algum aprendiz de marceneiro, segundo estereotipados modelos setecentistas, serve de apoio à tribuna, onde se encontram os santos tão amiudadas vezes **encarnados**.

São apenas três as imagens que merecem referência: St.^o Madalena — orago da Capela, que ocupa o lugar de honra —, São Sebastião e St.^o Antônio.

Os estragos provocados pelas sucessivas camadas de tinta, dificultam a análise das figuras. Em todo o caso, parece certo terem saído das mesmas mãos as de São Sebastião e St.^o Madalena, esculturas populares talhadas em madeira. Apenas a última conseguiu atingir algum encanto, entre as mãos pouco hábeis do santeiro, apesar da rigidez das formas que não conseguem libertar-se da matéria. No São Sebastião, mesmo estas qualidades desaparecem, para apenas ressaltarem as deficiências no tratamento de um nu sem qualquer realismo anatómico.

Trata-se de humildes esculturas, saídas da produção artesanal da região; daí que se afastem tanto de quaisquer cânones artísticos, que se torna difícil o seu enquadramento, embora datem sem dúvida do séc. XVIII.

Mais cuidado é o St.^o Antônio, decerto contemporâneo da reconstrução da Capela, que se não saiu das mãos de um grande mestre, reflecte claramente as normas da arte coeva, em alguma mobilidade que apresentam as pregas do hábito e na atitude **agitada** do Menino.

Em todo o caso não escapou à regra, sepultada a pintura original sob os repetidos cuidados de que foi alvo, ocultando-nos assim valiosos elementos para a sua análise.

Completam o espólio da Capela duas

pinturas sobre tábua que ladeiam o altar e provêm igualmente de uma mesma mão. Representam a Sagrada Família e St.^o Ovídio.



«Esmola dada a Sto. Ovidio — 100.»

A primeira ostenta a legenda **Jesus, Maria, José**, representados sobre uma paisagem plana contra um grande céu onde paira o Espírito Santo. Pintura graciosa, sem ultrapassar o nível popular, tem a sedução e a graça de um **ex-voto**.

Curiosíssima é a pintura que representa St.^o Ovídio. Devia ser grande a devoção ao santo taumaturgo no pequeno templo, pois se encontra registada uma **«Esmola dada a Sto. Ovidio — 100. / no ultimo de Mayo de 1810»**⁽⁴⁹⁾.

O santo é figurado em pé, sobre um fundo arborizado, apoiado a um bordão,

(48) *Idem, ibidem*, fl. 23 v.

(49) *Idem, ibidem*, fl. 19 v.

na deliberada atitude de apontar o seu próprio **ouvido**, prometendo assim aos padecentes remédio certo e garantida cura. Cobre-se de um barrete pontiagudo, pendendo-lhe da cintura as contas de um rosário.

É uma pintura ainda mais interessante do que a anterior, justificando só por si uma visita à pequena capela onde a modestia do que a rodeia contribui para a evidenciar.

★

Discreto altar perdido entre oliveiras, longe do bulício e dos caminhos dos homens, local de paz e de meditação — eis a Capela da Santa, como o capricho de um relógio de sol, que medisse o tempo em horas canónicas tangidas no humilde campanário.

Assim pensou José Vicente Gomes de Moura, ao exilar-se do mundo entre as estantes da sua livraria, percorrendo a azinhaga sinuosa até à capelinha onde diariamente celebrava.

Assim pensara já seu tio, autor de solenes **Rituais**. Nela desejou ser sepultado, no esquecimento de quatro paredes caiadas, na soleira da sacristia, para que sobre ele passassem os presbiteros futuros, paramentados para dizer missa.

Assim pensa a gente do lugar, que mantém a devoção a St.º Ovídio, enfeitada o altar à Senhora das Dores e faz a romaria que cada ano anima as ruas do povoado.

Construção anónima, levantada pela fé simples de quem a ergueu à sua escala sem poder guarnecê-la de europeis, a Capela de Santa Madalena simboliza todo um mundo de edifícios similares, que à nossa volta vão agonizando, na esperança de que alguém faça a sua história e os salve da ruína inevitável.

O surgimento inesperado de um documento, permitiu tratar o presente caso. Nos outros, só um trabalho paciente de pesquisa poderá de algum modo iluminar

essa zona tão pouco conhecida, onde a arquitectura é obra de artesão que a vida improvisou em arquitecto.

★

APÊNDICE

1.

Inventário dos bens internos de St.º
M.º Magdalena :

Toalhas compridas do Altar	/
Toalhas curtas	//
Estante e Missal	/
Vestimentas com Estola e Manipulo	///
Amitos	////
Alvas com cordoens	//
Caliz e Patena de prata	/
Sanguinhos	////
Corporais	/// Pallas
Bolsa de Damasco de 4 côres	/
Aparelho de pires, galhetas e colher de / prata	/
Manutergios	///
Campainha pequena	/
Castiças de pao	////
(no verso) :	
Hysope de pao	/
Castiças pequenos de latam	//
Cruz do Altar com imagem	/
Toalha da Comunhão	/
Vaso com toalhinha para o Lavatorio	/
Caldeirinha com hysope de estanho	/
<Agora de pao>	
Cruz de Procissão feita de pao	/
Lanternas	//
Banco comprido	/
Banquito para o Confessionario	/
Banquito mais pequeno ou môcho	/
Pulpito velho	/
Tigelinha com cantaro para a agoa	/
Toalha das mãos	//
Veos do Caliz	////
Credencia	/
Vara com fieira e apagador	/

Junho de 1808.

2.

O P. Jose Luiz Gomes de Moura natural dos /
/ Pousadores freguesia de S. Juliam de Mou /
/ ronho e assistente na de Sto. André de / Poyares
no lugar da Abravea precedem / do legitima licença
do Ordinario ben / zi hum cemeterio desmembrado

da / terra que rodeia a Capella de Sta. Maria /
/Magdalena do mesmo lugar e do chama / do do
Pinheiro, na forma do Ritual de / Paulo V. o qual
Cemeterio parte do nor / te com a terra de que foi
desmembra / do e tem marco ao pé da parede /
/ de Maria Carvalha oqueira, com a / qual parte
do nascente e outra ao pé / da terra de Antonio
luiz de Algaça / com quem parte do poente; e
d'ahi vem / ter a outro marco sito ao pé da pa-
rede / que foi de Joam Lourenço o qual divide /
/ do que hé de Algaça o todo do Cemete / rio e
terra da Capella até o cimo, on / de está outro
marco ao pé da parede / que foi do Capitam Mor
Antonio Tavares; // pelo fundo chega a quina do
cer / rado da já dita Maria Carvalha ovei / ra da
Abraveira, onde está marco frontei / ro a outro ao
pé da parede do dito Joam / Lourenço, em os
vinte e seis dias do / mes de Julho de mil oito-
centos e onze / tempos de guerra em que Napo-
leam / fez a mais impia e cruel a Portugal / em
que os Francezes mataram muitos pai / zanos, e
outros muitos morrerão depois ou / por terem

andado nas mãos do inimi / go, ou por cauza de
huma brava ma / lina, e tanta carestia dos vive-
res, que se / vendeo a galinha a quarto d'ouro
em / quanto as houve e depois passavão os doen /
/ tes sem ella. De que fiz este assento.

(assinado:) O P. Jose Luiz Gomes de Moura.

3.

Antônio da Silva — Ourives de prata. Teve carta
de offício em 14 de Janeiro de 1684.

Em o mesmo dia assima dito tomou juramt.º
Ant.º da silua ourives de pratta m.ºr nesta cid.º
p.º exercitar o dito seu officio e prometeu de en
todo nelle fazer uerdade ao povo de ~ã se fes
este termo que elle asinou

Ant.º da Silua

(A. M. C. Regiito, tom. 37.º, fl. 24. Publ.
JOAQUIM MARTINS TEIXEIRA DE CARVALHO,
«O Instituto», vol. 66 a 68, Imprensa da Universi-
dade, Coimbra, 1922, Sep.)